ATA DA 200ª REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ

26 DE JULHO DE 2013

1 **Data:** 26 de julho de 2013.
2 **Horário:** 08h30 às 18h
3 **Local:** Hotel Nikko - Sala Takumi
4 **Endereço:** Rua Barão do Rio Branco nº 546, Centro, Curitiba - PR.

	Nome		**Condição**	**Órgãos, Entidades e Instituições.**
	Usuários			
1	Valton Witkowski	Presente	Titular	SINDPETRO
	Claudiney Batista	Ausente	Suplente	SINDPETRO
2	Maria Marucha.S	Ausente	Titular	FETAEP
	Wilson de Souza Silva	Justificado	Suplente	FETAEP
3	Jonas Braz	Ausente	Titular	CUT
	Lucia Brentamo Vogt	Presente	Suplente	CUT
4	Ildemar Gorges	Presente	Titular	FORÇA SINDICAL
	Junior Ribeiro Da Silva	Presente	Suplente	FORÇA SINDICAL
5	Gildo Antonio Cabral Falcão	Presente	Titular	UGT
	Custodio Rodrigues Do Amaral	Presente	Suplente	UGT
6	Manoel Rodrigues Do Amaral	Presente	Titular	SINDNAPI
	Edvirges De Oliveira	Ausente	Suplente	SINDNAPI
7	Livaldo Bento	Presente	Titular	MOPS
	Antonio Barichello	Presente	Suplente	MOPS
8	Amauri Ferreira Lopes	Presente	Titular	ANEPS
	Celso Luiz Gonçalves Junior	Presente	Suplente	ANEPS
9	Sandra Dolores De Paula Lima	Presente	Titular	ONG AIDS
	Marcos Antonio Costa Pinheiro	Presente	Suplente	ONG AIDS
10	Terezinha Aparecida De Lima	Presente	Titular	IBDA
	Joao Maria Ferrari Chagas	Presente	Suplente	IBDA
11	Amaury César Alexandrino	Presente	Titular	DEFIPAR
	Tania Roseli Minusculi	Justificado	Suplente	DEFIPAR
12	Livia Diniz Sola	Presente	Titular	FAMOPAR
	Sérgio Ferreira Doszanet	Presente	Suplente	FAMOPAR
13	Joelma Aparecida De Souza Carvalho	Presente	Titular	CMP
	Ozorio Borges Neto	Ausente	Suplente	CMP
14	Genecilda Gotardo	Ausente	Titular	MST
	Adaize Citron Da Silva	Ausente	Suplente	MST
15	Marcia Baghini Zambrim	Presente	Titular	PASTORAL DA SAUDE
	Antonio Pitol	Presente	Suplente	PASTORAL DA SAUDE
16	Clarice Siqueira Dos Santos	Justificado	Titular	PASTORAL DA CRIANÇA
	Erica Ana Hobold	Ausente	Suplente	PASTORAL DA CRIANÇA
17	Maria Lucia Gomes	Presente	Titular	ASSEMPA
	Rosalina Batista	Presente	Suplente	ASSEMPA
18	Terezinha Pereira Da Silva	Ausente	Titular	REDE DE MULHERES NEGRAS
	Helliana Neves Hemeterio Dos Santos	Presente	Suplente	REDE DE MULHERES NEGRAS
	Profissionais de Saúde		**Condição**	**Entidade**
19	Clayton De Oliveira Beloni	Ausente	Titular	CRF
	Nilson Hideki Nashida	Presente	Suplente	SINDIFAR-PR
20	Wanderli Machado	Presente	Titular	CRESS
	Sirleide Ferreira De Mauro	Presente	Suplente	AATO
21	Anaides Pimentel Da Silva Orth	Presente	Titular	CRP
	Rubia Daniela Thieme	Justificado	Suplente	CRN
22	Antonio Rangel	Ausente	Titular	ABEN

	Nelson Mayrinki Giansante	Presente	Suplente	CRM
23	Gisela Soares De Souza	Presente	Titular	CREFITO
	Nana Momoi	Justificado	Suplente	CRMV
24	Mariangela de Assis	Presente	Titular	ABO
	Clayton Celestino Poitevin	Presente	Suplente	CRO
25	Giordano Pedro De Oliveira	Presente	Titular	SINSAÙDE
	Mari Elaine Rodella	Presente	Suplente	SINDSAÙDE
26	Sebastiao José De Oliveira	Ausente	Titular	SINDPREVS
	José Carlos Leite	Presente	Suplente	SINDPREVS
27	Irene Rodrigues Dos Santos	Ausente	Titular	FESSMUC
	Solange Izabel Marega Batista	Presente	Suplente	FESSMUC
	Prestadores de Serviços		**Condição**	**Entidade**
28	Zuleide Bezerra Dalla Costa	Presente	Titular	ACISPAR
	Nelva Savaris	Presente	Suplente	ACIAPAR
29	Luiz Boligon	Presente	Titular	FEHOSPAR
	Mauricio Duarte Barcos	Presente	Suplente	FEHOSPAR
30	Rosita Márcia Wilner	Presente	Titular	FEMIPA
	Artemizia Bertolazzi	Presente	Suplente	FEMIPA
31	Ely De Campos	Presente	Titular	UEM
	Tereza Maria Pauliquini Peluso	Justificado	Suplente	UEM
32	Denise Akemi Mashima	Justificado	Titular	UEL
	Jeremias Bequer Brizola	Presente	Suplente	UEL
	Gestores		**Condição**	**Entidade**
33	Antonio Carlos Nardi	Justificado	Titular	COSEMS
	Luzia Tiemi Oikawa	Jusificado	Suplente	COSEMS
34	René José Moreira Dos Santos	Ausente	Titular	SESA
	Marise Gnatta Dalcuche	Presente	Suplente	SESA
35	Sezifredo Paulo Alvez Paz	Presente	Titular	FUNSAÙDE
	José Carlos Silva De Abreu	Presente	Suplente	FUNSAÙDE
36	Moacir Gerolomo	Presente	Titular	MINISTERIO DA SAUDE
	Gislaine Mari Franca De Oliveira	Presente	Suplente	MINISTERIO DA SAUDE

1. **Expediente Interno**

2. Ordem do Dia

2.1 Aprovação da Pauta

2.2 Assuntos para Deliberação e Discussão Temática

2.2.1 Mesa Diretora
Justificativas e substituições
1º Assunto: Aprovação da Ata da 3ª Reunião Extraordinária do CES/PR;
2º Assunto: Apresentação dos indicadores e ações do VigiaSUS;
3º Assunto: Mais Médicos – Situação do Paraná;
4º Assunto: COAP e RENASES;
5º Assunto: Avaliação do COMSUS – Indicadores/resolução 273/13;
6° Assunto: Resolução de Critérios de Participação dos Conselheiros;
7° Assunto: Indicação do representante do CES/PR na CIB/PR;

8° Assunto: Reunião descentralizada CES/PR 2013 e 2014;
9° Assunto: Orçamento da SESA/FUNSAÚDE para o Ano de 2013 [pauta permanente].

3. **Comissões Temáticas**
4. **Informes**

Joelma (CMP) fez verificação de quorum, tendo sido confirmado, deu inicio a ducentésima terceira reunião Ordinária do CES/PR, em trinta e um de outubro de dois mil e treze, das oito e trinta às dezoito horas, na Sala Takumi do Hotel Nikko. Expediente Interno, Ordem do Dia, Aprovação da Pauta. Foram incluídas as Comissões de Educação Permanente, Saúde da Mulher, DST/AIDS, CIST e I Conferência Estadual de Saúde Integral da População Negra do Paraná. Passando para regime de votação. Com apenas um voto contrário e nenhuma abstenção a pauta foi aprovada. **Eliane (SINDSAÚDE)** justifica o voto contrário do SindSaúde e informa a necessidade de o Conselho repensar como é feito a pauta, a metodologia, porque excetuando dois pontos de pauta nos parece que o restante não são considerados os nós críticos da saúde pública e que tem vários itens solicitados pela nossa Entidade e que nunca entram em pauta. Exemplifica: Resolução zero um da SESA e Secretaria de Planejamento que cria a qualificação das organizações sociais, a Resolução zero um é de janeiro deste ano, nós já pedimos pauta três vezes e simplesmente veio uma resposta do setor jurídico da SESA para o assunto. Nós entendemos que a questão não é jurídica, ela é de posicionamento do Conselho Estadual. **Justificativas e substituições. Maurício (Secretaria Executiva)** justifica: Clarice Siqueira dos Santos (Pastoral da Criança), Wilson de Souza Silva (FETAEP), Tânia Minusculi (DEFIPAR), Denise Akemi Mashima (UEL), Antonio Carlos Nardi (COSEMS), Luzia Tieme Oikawa (COSEMS), Nana Momoi (CRMV), Sebastião José de Oliveira (SINDPREVS), Regina Maria Ferreira Lang (CRN), Tereza Maria Pauliqui Peluso (UEM), Irene Rodrigues dos Santos (FESSMUC). Substituições: Substituindo a Senhora Sirlene Aparecida Cândido do Fórum Paranaense de ONG/Aids o Senhor Marco Antonio Costa Pinheiro, da ACISPAR substituindo o Senhor Alfredo Franco Ayub, a Senhora Nelva Savaris, do IBDa substituindo a Senhora Rosânia Boleta Mendonça, o Senhor João Maria Ferrari Chagas como titular a ser substituído pela Senhora Terezinha Aparecida de Lima. **Joelma** justifica a fala da Elaine de que neste ponto de pauta de hoje existem dois pontos de pauta do SindSaúde, todos os pontos de pauta pedidos pelo SindSaúde nós respondemos, se não pautamos já encaminhamos para o setor correto para ser respondido e imediatamente respondemos ao Sindicato o que foi questionado e conforme nossas pautas, vamos pautando. **Elaine** (SindSaúde) informa que no Conselho existe uma forma de privilegiar certas pautas ou então de discutir na Mesa Diretora coisas que tem que ser discutidas aqui no Conselho. Tem decisões da Mesa Diretora que são

hierarquizadas como se fossem acima do Conselho, eu sou contra e estou colocando aqui no Pleno. Por isso que eu falei que a metodologia de pauta tem que mudar, porque eu não vou falar nas costas da Mesa ou nas costas de qualquer um. Eu vou falar aqui dentro. Eu acho que erros políticos ou divergências a gente discute aqui dentro não é em uma ação jurídica. Quando a gente vai para a justiça é porque teve alguma incapacidade política dos dois lados. Quando a gente entra com uma ação contra o governo é porque teve uma incapacidade política do governo reconhecer que seria uma lei. Parece-me que há algumas coisas intransponíveis politicamente que aqui dentro está acontecendo. Se olharmos o planejamento do ano passado que a gente dedicou dois ou três dias para o planejamento e olhar as pautas e olhar como o Conselho tem se posicionado é muito diferente do que está no planejamento pelo que nós estamos nos posicionando, essa é a minha opinião. Pelo o que nós estamos nos posicionando está muito longe daquilo que o Conselho se tornar referência em controle social, a gente não está fazendo controle social, porque como eu disse pautas importantes do plano estadual de saúde, da agenda, da programação anual de saúde não estão vindo para esse Conselho, decisões, assuntos que estão na página do governo estadual, de decreto de corte de doze milhões de reais para a saúde não está no Conselho. Acho que nós como um conjunto coletivo temos que crescer para poder realmente fazer controle social, deixando de lado a picuinha de quem vai participar num curso de capacitação, para isso tem que ter crescimento político e respeito de todos. Por fim, me incomoda muito certos atrelamentos com o governo que está claro o que está acontecendo, não é à toa que o Conselho Nacional de Saúde está falando esta semana na imprensa que tem no nível nacional o aparelhamento do Governo no Conselho Nacional e vários conselheiros estão abrindo mão de ser conselheiros por conta desse aparelhamento e aqui também acontece isso. Elaine sugere que isso seja pautado no Conselho para que se possa debater com profundidade, com tempo porque hoje não vai ser possível. **Amauri** (ANEPS) informa de que é necessário tomar algumas posições regimentais no que diz respeito a participação nas comissões, não se vêem conselheiros dentro das comissões, não é somente reflexão e sim ação. **Sezifredo** (SESA) informa que o SINDSAÚDE e o COSEMS não estão participando das comissões e a discussão sobre a ausência de outras entidades deverá ser levado ao Pleno para que deliberação tomar. Comenta também que solicita que os servidores da SESA participem das comissões, trazendo elucidações aos questionamentos que por ventura sejam de competência da SESA. **Joelma** informa que irão pautar na Mesa o planejamento e principalmente a questão da pauta. **Aprovação da Ata da terceira Reunião Extraordinária do CES/PR. Amauri (DEFIPAR)** informa de que as linhas cento e dezenove e cento e vinte ele não entendeu que “a receita do Fundo de Participação do Estado que já foi maior, a receita do FUNDEB é a receita da saúde, a receita do SUS”, isso não ficou claro em

que contexto foi colocado, parece que não está correto isso. **Sezifredo** (SESA) informa que a Elisabete equivocou-se ao falar isso e como nós temos o áudio será ouvido novamente para se tirar a dúvida. **Joelma** comenta que será ouvido o áudio e corrigido caso seja comprovado. Ata aprovada com duas abstenções. **Apresentação dos indicadores e ações do VigiaSUS. Sezifredo (SESA)** fez a apresentação. **Amauri (DEFIPAR)** informa que não entendeu na apresentação da classificação dos elencos que está colocado municípios abaixo de vinte mil habitantes e no elenco dois de quinze a cem (mil) habitantes havendo sobreposição do quinze ao vinte e solicita esclarecimento do porquê isso acontece. **Moacir** (**Ministério da Saúde)** parabeniza a apresentação e pergunta se é uma iniciativa da Secretaria Estadual de Saúde ou do Ministério da Saúde para toda a federação? Pergunta também se esse recurso de trinta milhões ele vem repassado pela Secretaria de Vigilância em Saúde ou é recurso próprio? Isso seria até dois mil e quinze ou isso é por ano? Qual o critério de escolha dos municípios do valor repassado, é populacional ou se é por elenco? Pergunta se os indicadores de resultados ele seria para todos os municípios ou terá indicadores para o elenco um, dois, três. **Jeremias (UEL)** informa que tem dúvida no município do elenco um que ele vai ser complementado no dois pelo seu vizinho ou vai ser complementado pelo Estado e da mesma forma o município que faz o um e o dois ele vai ser complementado pelo seu vizinho que faz o três ou vai ser complementado pelo Estado? **Sezifredo (SESA)** esclarece que fizeram um “corte” na população até vinte mil habitantes mas combinando com aquele fator de redução da desigualdade da Atenção Primária que dá um *ranking* dos municípios do ponto de vista sócio-econômico, às vezes têm municípios que possuem a mesma população de outro que é muito mais pobre, então é natural que ele tenha uma visão por parte do Estado diferente no repasse de recursos. Há uma combinação no *per capita* com o fator de redução da desigualdade. Quanto à pergunta do Jeremias, informo que o Estado já tem um papel complementar, suplementar estabelecido. Se um município não fizer, nós temos que fazer. Em relação ao Moacir o VigiaSUS vai até dois mil e quinze. Para este ano o recurso é de trinta milhões, sendo dezoito para custeio e doze milhões para capital, dinheiro do Tesouro Estadual, Fonte Cem, não tem recurso do governo federal. Para o ano que vem pretendemos manter o mesmo valor do custeio, dezoito milhões e vamos avaliar a questão do capital. Os indicadores são meta do Estado do Programa estadual VigiaSUS. No critério de repasse do VigiaSUS foram levados em conta três fatores: o primeiro *per capita*, o critério epidemiológico, três indicadores que eram a mortalidade materna, a mortalidade infantil e a infestação por Dengue e o fator de redução da desigualdade que também aplicamos. Isso faz com que haja uma equidade maior em relação a fatores de um município para outro. **Elaine (SINDSAÚDE)** pergunta qual a diferença importante, o que existiu em dois mil e doze e o que existe depois do VigiaSUS com a divisão deste elenco e

a segunda pergunta é: qual a avaliação da SESA dos municípios que já estão fazendo o elenco um, dois e três. Tem outro item: estabelecimento de parâmetros de recursos humanos avaliação Estruturação dos serviços próprios da Secretaria Estadual de Saúde, já tem o elenco do que é prioritário para dois mil e treze e o que a SESA está pensando em relação à LOA de dois mil e quatorze. **Sezifredo (SESA)** esclarece que está sendo definindo este elenco de ações a partir de um diagnóstico que a SESA fez através de um monitoramento de todos os municípios do Paraná, onde se detectou a necessidade de que ações os municípios devem desenvolver em vigilância em saúde porque isso está muito fragmentado. Informa também que a Vigilância em Saúde tem cinquenta e um sistemas de informação. Comenta que a SESA está trabalhando uma reestruturação não somente da SESA, mas uma reestruturação de recursos humanos dos municípios. Até dois mil e quinze a SESA terá como meta a reestruturação dessas equipes em nível municipal**.** Esclarece que foram pegos três indicadores epidemiológicos para compor a planilha de valores de custeio, um critério foi o *per capita*, o segundo o fator de redução da desigualdade e o terceiro o critério epidemiológico. Municípios com mortalidade materna acima do Estado recebe um “plus”, municípios infestados por Dengue, no Paraná são duzentos e setenta, recebe um “plus” e municípios com mortalidade infantil menor do que dez. Nenhum município do Paraná está recebendo menos de sessenta mil reais por ano, isso para Vigilância em Saúde é um dinheiro significativo, haja vista que existem municípios que recebem do governo federal vinte mil reais por ano, não havendo deliberação ou aprovação pertinente ao Conselho Estadual de Saúde. **Mais médicos situação do Paraná. René (SESA)** cumprimenta a todos e justifica a não presença da Doutora Cristina do Departamento de Atenção Primária por ter tido um problema pessoal e ter que se ausentar, Faz a apresentação. **Giordano (SINDSAÚDE)** cumprimenta a todos e informa de que este programa é mais um paliativo de saúde dentro do SUS, informa também sobre a precarização dos planos de carreira na área da saúde tanto em nível estadual como municipal. **Leite (SINDPREVS)** comenta sobre a questão protecionista relativa à criação do Programa Mais Médicos, também sobre a criação de cooperativas de serviços ao invés dos médicos prestarem concursos públicos uma vez que os salários pagos pelos governos não são atrativos. **Manoel (SINDINAPI)** comenta que como usuário a população quer médicos com qualidade porque os usuários não podem ser “cobaias”, comenta que o Estado possui muitos pediatras, ginecologistas e clínicos geral que trabalham como técnicos na Secretaria (SESA) ao invés de estarem clinicando nos pos postos de saúde, nos hospitais, etecetera. Caso esses médicos fossem bem remunerados certamente eles estariam clinicando. **Barrichelo (MOPS)** informa que é muito mais fácil você pagar duzentos reais e pegar um exame no outro dia do que ficar dependendo de UBS porque isso já virou uma “epidemia”, na UBS o resultado demora demais. **René (SESA)** responde que a falta de médicos não é um problema

do SUS, se fossem assim, medidas imediatas de reorganização resolveria o problema. O Brasil não forma profissionais na área de saúde na velocidade necessária a que a população necessita e afirma de que se não houver uma política clara de formação de médicos para os próximos dez, quinze anos, não será um problema somente do SUS, mas um problema dos convênios particulares e também do País como um todo. Esclarece ao Senhor Manoel também da importância de ter profissionais tanto atuando nas UBS (Unidades Básicas de Saúde) como também atuando na área da gestão da saúde. **Elaine (SINDSAÚDE)** comenta que a própria SESA no ano passado não aplicou os doze por cento e sim nove ponto noventa e quatro (por cento) são duzentos e trinta milhões de reais a menos na saúde pública do Paraná, fora os doze anos de sub-financiamento. Complementa que no HT (Hospital do Trabalhador) os médicos são contratados por cooperativas, no Zona Norte e no Zona Sul, o CISMEPAR recebe dinheiro para pagar os médicos e quarteriza a contratação por empresas criadas para atender os pacientes. No Hospital Regional do Litoral tinha RPA e tem médicos que não fica no plantão e ninguém faz nada. **Elaine (SINDSAÚDE)** afirma que o Programa Mais Médicos não reflete os problemas reais do SUS. **Moacir (Ministério da Saúde)** concorda com a exposição da Elaine e afirma que o SUS faz concurso, que a Prefeitura Municipal de Curitiba faz concurso faz concurso para médicos duas vezes por ano e esgotam-se as vagas e tem que fazer novamente porque não tem profissional. Comenta a necessidade de se fazer o Revalida tanto para médicos brasileiros como para estrangeiros. **Solange (FESSMUC)** informa que no relatório de gestão da SESA houve oitenta por cento menos contratações do que pessoas que se afastaram ou por exoneração, ou por aposentadoria da rede pública, o número de pessoas que saem é muito maior dos que são contratadas. Informa também que ano que vem vence o concurso e ano que vem é ano eleitoral, sendo necessário tirar alguma deliberação daqui para resolver essa questão. **Sérgio (FAMOPAR)** comenta que já foi contemplado com as falas, mas ressalta que o que se vê é a má gestão do sistema, sendo necessário qualidade não só de médicos mas de outros profissionais. **René (SESA)** informa da mesma “paixão” que o usuário tem de defender o SUS, o gestor também tem. Afirma que tem que ter gestão, mas tem que ter também mais recursos. Afirma da necessidade de se discutir o plano de carreira, porém, o gestor não deve ser punido enquanto houver uma lei de responsabilidade fiscal que trata da saúde como qualquer outra área do governo. Responde ao Moacir que a questão do Revalida é necessariamente um divisor de águas no sentido de dizer que queremos médicos com qualidade, brasileiros ou não. Responde à Elaine da necessidade de se aproveitar a “janela histórica”, das vozes da rua para pleitear juntos aos deputados federais os dez por cento para a saúde pública, caso passem seis meses, a oportunidade acabou. Informa que somente este ano o governo está colocando quatrocentos milhões a mais para a saúde e boa parte desse recurso está indo para a Atenção Primária

à Saúde para dar condições dos médicos atuarem. **Joelma (CMP)** responde a Moacir se este Conselho irá tirar algum encaminhamento é que se paute o assunto para o próximo mês com vistas a ter mais conhecimento do assunto, aprofundando para todo o Sistema, não somente da questão médica, mas de toda a estruturação do Sistema Único de Saúde. **Rosita** comenta sobre tirar uma resolução, um encaminhamento para todos os deputados federais sobre o Saúde Mais Dez. **Jeremias (UEL)** acrescenta a necessidade de focar a integralidade da saúde e reivindicar junto ao Ministério da Saúde o custeio das vagas nas universidades públicas, bem como reivindicar a ampliação das vagas nas universidades públicas do curso de medicina. **Gisela (Crefito)** concorda com Jeremias em fazer uma resolução formando uma opinião do Conselho no sentido de que faltam médicos, a questão do Revalida, a sugestão é que se constitua uma comissão para elaborar o texto da resolução como sempre nós fazemos. **Elaine (SINDSAÚDE)** também concorda com o Jeremias e acrescenta sobre a integralidade do Sistema e da necessidade da reorganização do Sistema e de rever a gestão do trabalho no SUS como um todo, que abrange toda a equipe de profissionais de saúde. **Joelma (CMP)** solicita que Jeremias, Elaine, Moacir e Gisela farão o texto da resolução no horário do almoço e após passará para o Pleno poder encaminhar, fazendo, então, duas resoluções: uma sobre os pontos dos Mais Médicos e a outra reforçando a questão do Saúde Mais Dez, voltamos à uma e quarenta. Após verificação de *quorum* e dá início à reunião no período da tarde. **Maurício (Secretaria Executiva)** justifica Érica Ana Hoboldt e Jonas Braz devido ele ter estado no dia vinte e dois tendo voltado ontem dia vinte e cinco porque ele estava representando o Conselho n o evento do Adalto Botelho na mesa de abertura da Segunda Reflexão de Saúde Mental do Hospital Colônia Adalto Botelho e o evento foi em dois dias (vinte e três e vinte e quatro) **Joelma** justifica a sua ausência a partir das quinze e trinta bem como da Márcia, eu (Joelma) por ter aula e a Márcia devido uma reunião anteriormente agendada. Próximo ponto de pauta: Apresentação do COAP. **Marise (SESA)** faz a apresentação. **Joelma (CMP)** coloca em regime de votação os treze indicadores do COAP no Plano Estadual de Saúde, sendo aprovado pelo pleno os treze indicadores do COAP e feito resolução. **Marise (SESA)** fez um comentário breve da RENASES haja vista que o assunto já tinha sido tratado no Conselho no mês de outubro de dois mil e doze sobre a RENASES com a apresentação do Isaías da SESA, não havendo alterações passa para o próximo ponto de pauta: **Avaliação do COMSUS, Indicadores da Resolução duzentos e setenta e três de dois mil e treze. Marise (SESA)** comenta que ela própria já havia feito a apresentação no mês de março ou de abril e que irá apresentar a avaliação propriamente dita do COMSUS. **Amauri (DEFIPAR)** comenta que o controle social não tem feito nenhuma ação de fiscalização dos consórcios. Informa que quando essa ocorre essa intenção o acesso aos consórcios é negado, dizendo que eles (os consórcios) não tem a obrigação de informar

aos conselhos sejam municipais e estadual. Pergunta, então, quem faria este controle social? **Pitol (Pastoral da Saúde)** pergunta que em março quando houve a apresentação você havia dito que estavam previstos vinte e quatro convênios e à época somente três tinham assinado e os demais não tinham aderido por não estarem legalmente constituídos e agora você fala de avaliação de vinte, estes que não estavam organizados agora já estão? **Solange (FESMUCC)** comenta para Amauri (DEFIPAR) que no Conselho Municipal de Saúde de Maringá já houve a prestação de contas do Consórcio local. **(F12) Elaine (SINDSAÚDE)** comenta sobre a forma de avaliação do HOSPSUS com o COMSUS que diminui o repasse de incentivo financeiro é o suficiente para alterar o perfil assistencial, pergunta também se para atender as redes de idoso, de deficiente, vai ter outros critérios ou serão os mesmos? **Zuleide (ACISPAR)** comenta que o consórcio é um prestador diferenciado, mas é um prestador e que todos os municípios bem como todos os conselhos municipais vinculados eles podem e devem fiscalizar todos os recursos que cada município aplica em qualquer momento. **Marise (SESA)** comenta à Rosita que o consórcio de Ponta Grossa está começando a se organizar agora, ele não tem sede própria, eles estão se reestruturando. O consórcio da região metropolitana é muito parecido, a sede que eles têm é a CRE Kenedy que é muito pequena para a região metropolitana e lá funcionam os serviços que anteriormente já funcionavam e não houve nenhuma ampliação do que já existia. A segunda regional de saúde acompanha o processo de crescimento do consórcio. Informa também que estava equivocada quanto ao número de convênios, que desde o início do COMSUS o número já era vinte e quatro convênios desde junho do ano passado. Responde à Elaine sobre os critérios para atender às redes a SESA colocou mais peso na Rede Mãe Paranaense porque ficou decidido para este ano a SESA irá fazer uma cobrança maior na implementação dos profissionais para atender a Rede Mãe Paranaense. **Joelma (CMP)** após todos os esclarecimentos passa para o próximo ponto de pauta: **Resolução de critérios de participação de conselheiros. Joelma (CMP)** informa de que esta Resolução faz parte do planejamento do Conselho e que o ponto seis e o ponto oito que é a reunião descentralizada do Conselho, também são do planejamento estratégico do Conselho. Na reunião da Mesa foi feito uma análise do que faltava para ser cumprido no ano de dois mil e treze. Comenta que a Resolução de critérios é referente à participação dos conselheiros em eventos fora do Conselho. Existem convites que vêm direcionados ao conselheiro e o correto é que sejam direcionados à presidência do Conselho. Informa que os critérios de participação são os seguintes: que o conselheiro seja daquela comissão, que tenha uma interação com o assunto a ser tratado no convite do evento. Outro critério é que se o evento chega em cima da hora, a Mesa decide quem irá participar segundo esse critério (tenha conhecimento do assunto), caso o convite chegue com antecedência será decidido no Pleno do Conselho para decidir quem irá. **Maurício (Secretaria Executiva)** leu a

Resolução. **Leite (SINDPREVS)** informa de que a Resolução vai gerar polêmica porque ela não incide sobre viagens, nem sobre diárias de viagens em representação do Conselho. **Sérgio (FAMOPAR)** comenta que em relação ao critério das comissões é que o integrante participe ativamente das comissões e não simplesmente esteja inscrito nas comissões e não tenha participação. **Joelma (CMP)** comenta de que é falado com o coordenador (a) e com o relator (a) da comissão para que ele (a) possa indicar o (a) representante. **Elaine (SINDSAÚDE)** solicita que o texto da Resolução seja encaminhado para todos (as) os (as) conselheiros (as) para que se possa tomar uma decisão na próxima reunião do Conselho. **Amauri (DEFIPAR)** pergunta o porquê da Resolução não ter sido entregue hoje de manhã para que os conselheiros pudessem ter lido e amadurecido o teor dessa proposta, porque somente lido fica difícil de se fazer uma avaliação. **Joelma (CMP)** comenta de que a Resolução será ponto de pauta para a próxima reunião do Conselho, informa que agora irão decidir sobre qual cidade irá ser feita a reunião descentralizada. **Manoel (SINDNAPI)** pergunta se para essa reunião descentralizada serão convidados participantes da região ou não. **Joelma (CMP)** explica de que serão dois dias de reunião, não terá reunião das comissões porque nem todos os participantes são conselheiros, o Conselho não tem como bancar as despesas de todos. No primeiro dia será feita uma reunião com todos os representantes dos conselhos municipais daquela Macrorregional e fazemos um debate da questão da saúde daquela região. No segundo dia faz-se a reunião normal do Conselho Estadual de Saúde. Informa que tem três propostas de reunião descentralizada: Macro de Cascavel, Macro de Londrina e Macro de Maringá. **Elaine (SINDSAÚDE)** argumenta de que no final do ano ainda tem a questão da LOA e que a agenda está “apertada”. **Sezifredo (SESA)** pondera informando de que a reunião descentralizada é para mostrar a presença do Conselho para as demais macrorregiões, a pauta será discutida oportunamente. **Sezifredo (SESA)** em regime de votação, por ordem alfabética: Cascavel, Londrina e Maringá: Cascavel foi eleita para fazer a reunião descentralizada. **Sezifredo (SESA)** informa o sétimo ponto: Indicação do representante do Conselho Estadual de Saúde do Paraná na CIB. **Amauri (ANEPS)** informa que por questões de saúde a Conselheira Sirlene está ausente do controle social e por este motivo indicamos o Amauri Alexandrino (DEFIPAR) para compor o Conselho junto à CIB. **Joelma (CMP)** confirma a indicação do Amauri Alexandrino junto ao Pleno do Conselho, juntamente com a Livia. **Sezifredo (SESA)** anuncia o nono assunto: **orçamento da SESA/FUNSAÚDE para o ano dois mil e treze pauta permanente: Jeremias (UEL)** destaca o orçamento executado em dois mil e doze que ficou uma diferença estimada em trezentos e setenta e dois milhões de reais, o Estado aplicou nove vírgula noventa e quatro por cento quando deveria ter aplicado doze por cento segundo determina a Lei Complementar número cento e quarenta e um dando a diferença de trezentos e setenta e dois milhões de reais. Informa dessa

feita, que a Comissão de Orçamento resolveu encaminhar submetendo ao Pleno do Conselho a proposta de um ofício direcionado à Secretaria da Fazenda e à Secretaria do Planejamento solicitando esclarecimento quanto à aplicação dessa diferença de dois vírgula zero seis por cento equivalente a este valor já informado, ainda no exercício de dois mil e treze ou no exercício seguinte, sendo encaminhado com cópia para o Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público e DENASUS. **Sezifredo (SESA)** leu a memória da reunião da Comissão de Orçamento sobre o teor do ofício a ser encaminhado para as Secretarias. **Elaine (SINDSAÚDE)** comenta que há muito tempo este Conselho faz o debate sobre a não aplicação pela SESA do mínimo constitucional e a própria SESA tem conhecimento disso e o que o Conselho irá fazer para recompor esse direito de um financiamento adequado para a saúde. **Sezifredo (SESA)** informa que a SESA já fez várias apresentações explicando sobre esse assunto e coloca em votação o encaminhamento desse ofício, sendo aprovado pelo Pleno com duas abstenções o encaminhamento do ofício para as Secretarias da Fazenda e do Planejamento. **Sezifredo (SESA)** anuncia as Comissões: **Educação Permanente**: **Rosalina (ASSEMPA)** informa que sobre o trabalho de educação ambiental o representante da Secretaria do Meio Ambiente não pode participar e ficou para o mês que vem. Houve a solicitação da Quitéria (Comunicação Social) para construir um documentário dos vinte anos do Conselho e também um seminário de comunicação e a Comissão de Comunicação pede ao Plenário para que se possa realizar este evento, que os conselheiros que participaram há mais tempo no Conselho, contribuam com este intento. **Sezifredo (SESA)** complementa sobre fazer uma publicação alusiva aos vinte anos do Conselho Estadual de Saúde e coloca em votação: proposta aprovada. **Amauri (ANEPS)** complementa sobre os inúmeros eventos que o Conselho já promoveu, sobre as Conferências levadas à justiça, sobre as várias composições do Conselho, as grandes vitórias e as dificuldades que houveram, fotos, as primeiras atas, etecetera. **Zuleide (ACISPAR)** complementa sobre a experiência do Senhor Manoel, bem como do Leite e da Elaine para contribuir sobre a Comissão para este documentário. **Sezifredo (SESA)** sugere que a Comissão de Educação Permanente vai convocar as pessoas pertinentes a este trabalho. Quanto à segunda proposta do Seminário: **Rosalina (ASSEMPA)** informa a realização do Seminário de Comunicação para Fortalecimento da Política do SUS no Paraná é necessário garantir recursos para fazer no primeiro semestre do ano que vem e a necessidade de apoio da equipe da SESA para realização deste Seminário. A Comissão de Educação Permanente já "mapeou" as pessoas que irão compor a comissão de organização do Seminário: Leite, Senhor Manoel, Elaine e Amauri (ANEPS) e a Vanderli que serão responsáveis por este processo. **Gisela (Crefito)** complementa sobre o formulário do evento, como público-alvo, objetivo, tempo pretendido, quanto isso vai custar, para se tornar mais claro junto aos outros eventos que já estão programados. **Sezifredo (SESA)** acrescenta

que a comunicação é um instrumento importantíssimo na promoção da saúde e às vezes nós não utilizamos a comunicação de forma adequada e sugere que a Comissão de Educação Permanente traga oportunamente a proposta conforme a Gisela sugeriu. **Amauri (ANEPS)** considera importante tirar uma sub-comissão da Comissão de Educação Permanente dentro do formato sugerido pela Mesa, quanto à justificativa deste evento, são vinte anos de conquistas, de lutas, de prestação de trabalho enquanto controle social no Estado do Paraná. **Sezifredo (SESA)** coloca em votação o Seminário: aprovado a realização do Seminário. **Sezifredo** anuncia a **Comissão de Saúde da Mulher: Livia (FAMOPAR)** informa o encaminhamento de se realizar uma reunião com os Hospitais Evangélico e HU da décima sétima (Regional de Saúde) por causa de um problema de saúde de mortalidade materna. **Sezifredo (SESA)** coloca em votação a reunião. Reunião aprovada. **Sezifredo (SESA)** anuncia a **Comissão de Saúde do Trabalhador: Solange (FESMUCC)** comenta sobre o Ciclo de Debates do Trabalhador no entendimento da Comissão é inadimissível que os conselheiros estaduais não participem, não cobrem, não ajudem a organizarem este Evento. Quanto à deliberação Solange informa que nos dias dezessete e dezoito de setembro o Encontro da RENAST que sempre tem sido a Manoela que tem participado e agora a Comissão está indicando três nomes para participação deste Encontro: eu (Solange), Jonas e Nilson. **Sezifredo (SESA)** coloca em votação e anuncia a aprovação dos nomes. **Sezifredo (SESA)** anuncia a **Comissão de DST/AIDS: Amauri (ANEPS)** informa sobre o critério para as ONGs para participação de eventos com passagens terrestres. O outro assunto é sobre o Edital zero, zero, sete de dois mil e doze. **Sezifredo (SESA)** informa ao Pleno: dois assuntos, sendo o primeiro: deliberar sobre definir o número de passagens para cada ONG dentro do PAM: historicamente as ONGs têm duas passagens por ano, a SESA concorda com isso haja vista o recurso estar disponível. **Sezifredo (SESA)** coloca em votação. Aprovado. **Sezifredo (SESA)** informa o segundo assunto: o Edital: informa a necessidade de se fazer o repasse, a Fazenda demorou a fazer alguns repasses para o Estado, mas que nas próximas semanas estará sendo regularizado o recebimento pelas ONGS desse recurso. **Sezifredo (SESA)** anuncia a Comissão de Recursos Humanos: **Gisela (Crefito)** informa que o coordenador e o relator não puderam estar presentes na reunião da Comissão e que a pauta principal era a apresentação do número atualizado dos servidores ativos, dos falecidos, exonerados e aposentados, informa também sobre a dificuldade de se prover novos funcionários diante do número de funcionários que saem. Informa também sobre a ocorrência do número de mil e setenta e uma vagas de protocolos de chamamento, mas sem previsão de data de nomeações. Informa também sobre a expiração do concurso no mês de dezembro e que o ano que vem é ano de eleição a Comissão sugere o encaminhamento para a Plenária de que o CES/PR acione o Ministério Público do Estado para pressionar o Estado para resolver o problema da

falta de funcionários na SESA, solicitando também à Secretaria da Fazenda e à Secretaria de Administração e da Previdência o esclarecimento de qual é a representação da SESA nos gastos com folha de pagamento do Estado e se a SESA é prioritária no chamamento de funcionários. **Solange (FESMUCC)** comenta que o número de contratados já é bem menor ao de exonerados já há muitos meses, sendo isso muito grave. **Sezifredo (SESA)** esclarece que o Ministério Público já vem acompanhando esta questão e não se opõe ao encaminhamento da Comissão. **Elaine (SINDSAÚDE)** informa sobre a falta crônica de pessoal na SESA, informa sobre protocolos de chamamento tanto para a rede de sangue quanto para outras regionais e também para outros setores. Preocupa o decreto oito quatro sete meia que ele informa que é para reduzir em vinte e cinco por cento as despesas e no artigo terceiro, os casos relevante interesse da Administração Estadual de caráter emergencial, após justificativa fundamentada pelos órgãos e deliberados pelo Conselho de Gestão Administrativa do Estado poderão ser autorizados em caráter excepcional pelo Chefe do Poder Executivo, o que se sugere que neste documento a ser encaminhado para o Ministério Público, para a SESA e para a Secretaria da Administração coloque qual é o entendimento da Gestão sobre este Decreto, em especial o artigo terceiro, e que este documento também seja acompanhado pelo Ministério Público para que o Ministério público gestione um gestor sobre esta questão. **Sezifredo (SESA)** comenta que o Decreto tem que ser cumprido, mas não significa que a SESA não está gestionando no sentido da SESA ter um tratamento diferenciado. **Sezifredo (SESA)** informa também que na próxima reunião do Conselho irá trazer a interpretação do Decreto. **Nilson (SINDIFAR)** justifica que é relator da Comissão de RH e que no mesmo horário da reunião da Comissão de RH ele estava em outra reunião da Comissão de organização da Conferência da Pessoa Idosa. **Sezifredo** coloca em votação a proposta da Comissão: quatro abstenções. Proposta aprovada. **Amauri (ANEPS)** faz menção ao **terceiro Seminário Estadual de DST/Aids**, elencando participantes, convidados, observadores e programação a ser realizado no dia seis de novembro de dois mil e treze. **Leite (SINDPREVS)** complementa com mais informações sobre o Seminário de DST/Aids, principalmente no respeito de se fazer o evento em dois dias. **Zuleide (ACISPAR)** complementa sobre a possibilidade de se garantir a hospedagem a partir do raio de duzentos kilômetros. **Sezifredo (SESA)** questiona que sem saber os valores das hospedagens a Mesa Diretora não tem como deliberar e encaminhar para o Pleno, sugere como ponto de pauta para a próxima reunião, desde que a Comissão Organizadora do Seminário leve uma planilha de custos relativos ao Seminário. **Sezifredo (SESA)** anuncia a **I Conferência Temática da Saúde Integral da População Idosa do Estado do Paraná: Manoel (SINDINAPI)** informa que ocorreu uma reunião no dia de ontem para terminar o regulamento da Conferência, faltando apenas o local a ser realizado. **Manoel (SINDINAP)** informa também de que o regulamento será

encaminhado por e-mail para que todos os conselheiros tenham conhecimento e que na próxima reunião ficará pautado no primeiro ponto de pauta à tarde a aprovação desse regulamento. **Terezinha (IBDA)** questiona sobre como foi feito a Conferência da População Negra, bem como da População Idosa. **Manoel (SINDINAPI)** complementa que a Conferência é Temática e dessa forma será enviado aos Conselheiros a Resolução do Regulamento para que os Conselheiros possam contribuir para a Comissão Organizadora. **Sezifredo (SESA)** comenta sobre a aprovação do envio da Resolução para os Conselheiros. **Sezifredo (SESA)** anuncia sobre a **deliberação da Resolução dos Mais Médicos. Gisela (CREFITO)** lê o texto da Resolução. **Sezifredo** abre para comentários: **Nelva (ACISPAR)** sugere que no item cinco também os médicos passem pela revalidação. **Moacir (Ministério da saúde)** afirma que é uma questão muito grande essa para a revalidação dos médicos brasileiros. **Sezifredo (SESA)** coloca em votação: aprovado. **Ely (UEM)** passa para os informes: informa sobre o Agosto Azul, dia primeiro de agosto às dez e trinta horas na "Boca Maldita", foi realizado a última reunião de plenária na Macro Leste em Ponta Grossa no dia vinte e quatro com a presença de quatro Conselheiros. Convite de Santo Antônio da Platina sobre a Nona Conferência Municipal de Saúde com o tema: "Acesso e Acolhimento com Qualidade e Fortalecimento da Atenção Primária e das Redes de Atenção com Participação Popular", necessitando-se de eleger um Conselheiro para participar da abertura da Conferência. Informa que Rosalina se candidata para representar o Conselho. Informa sobre outro convite para o dia primeiro de setembro referente a indicação de um Conselheiro para debater no "Fórum dos Conselhos de Saúde na Arena de Debate na Formulação da Política de Saúde Desafios e Novas Exigências", sugeriu-se o nome da Joelma e Ely pergunta ao Pleno se há outra sugestão. Confirma Joelma como indicada. Informa sobre o recebimento por e-mail para os Conselheiros do Decreto oito quatro sete meia em que a Elaine destacou o artigo três. Sezifredo comenta sobre o último assunto que é o recebimento de um ofício do Ministério Público mil e trinta e seis de dois mil e treze em que a protomora de justiça Michele Fontana assim encaminhou. **Sezifredo (SESA)** lê o teor do ofício e termina a reunião desejando bom retorno e um bom final de semana. O áudio dessa reunião está disponível para consulta na Secretária Executiva do Conselho Estadual de Saúde do Paraná – CES/PR, bem como as apresentações feitas nessa reunião estão disponibilizadas no site do CES/PR. (www.conselho.saude.pr.gov.br).